

ÍNDICE

11.13	Programa de Comunicação Social.....	1/12
11.13.1	Justificativa.....	1/12
11.13.2	Objetivos.....	2/12
11.13.3	Público-alvo.....	3/12
11.13.4	Metodologia e Descrição do Programa	4/12
11.13.5	Interface com Outros Programas.....	11/12
11.13.6	Responsável pela Execução do Programa	11/12
11.13.7	Cronograma	11/12

11.13 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

11.13.1 Justificativa

Neste programa serão desenvolvidas as estratégias de comunicação e relacionamento com os diversos atores sociais envolvidos direta e indiretamente com o empreendimento, especialmente no âmbito local e nas questões que envolvam as obras e as comunidades. O PCS contará com ações de divulgação, canais diretos de comunicação, acompanhamento dos Programas Ambientais e das empreiteiras antes e durante o andamento das obras, além de informações de interesse local, com o objetivo de integrar o empreendimento com o cotidiano da população.

Os estudos de engenharia e ambientais necessários à viabilização da UHE Santo Antônio do Jari iniciaram-se, respectivamente, em 1985 e 1986. Desde então, diversos outros estudos foram desenvolvidos, várias alternativas consideradas, estimativas de custo e estudos específicos atualizados - como os relativos aos aspectos socioeconômicos - e novos critérios ou mesmo tecnologias foram introduzidos.

Sabe-se que a implantação de empreendimentos tais como uma usina hidrelétrica interfere na vida da população, alterando o seu cotidiano, transformando suas relações sociais e organização do trabalho e promovendo modificações na estrutura interna das comunidades.

A ausência ou até mesmo a transmissão de informações imprecisas sobre aspectos isolados do projeto provocam impactos sociais significativos, podendo funcionar como um complicador para a implantação de ações que visam prevenir, diminuir ou eliminar a ocorrência de impactos gerados pela construção da usina. Assim, é necessário o envolvimento dos diversos atores nas várias etapas do projeto e a busca conjunta das soluções que melhor se adaptam às suas necessidades e perspectivas. Desta forma, a execução de um programa de comunicação social servirá, ao mesmo tempo, à população afetada e ao empreendedor. Este, ao atender à necessidade da população de receber informações sobre o empreendimento, seus impactos e medidas adotadas, estará, em contrapartida, contribuindo para a eficiência na implementação de ações pertinentes ao projeto e, até mesmo, facilitando a adesão, colaboração ou tolerância das pessoas.

O Empreendedor vem, desde 1987, desenvolvendo ações de comunicação social através de reuniões e contatos com as autoridades locais e com as comunidades afetadas pela implantação da UHE Santo Antônio do Jari, tendo como objetivo central a apresentação do projeto da

hidrelétrica e a discussão acerca dos seus impactos sobre a região e seus habitantes. Como resultado desse processo de comunicação foram estabelecidos entendimentos consolidados e documentados.

A partir de 1992, com a intensificação de esforços para a viabilização da implantação do empreendimento, as reuniões entre o Empreendedor e população e/ou seus representantes ficaram mais freqüentes, possibilitando maior envolvimento da população da AID nos processos de discussão relativas ao reassentamento e demais programas ambientais.

É nesse contexto do relacionamento com as comunidades afetadas e com as autoridades locais que se insere o Programa de Comunicação Social proposto para a UHE Santo Antônio do Jari, estruturado para dar continuidade às ações de comunicação que já vêm sendo desenvolvidas, construindo um processo integral e contínuo.

Considerando ainda que a implantação da UHE Santo Antônio do Jari trará interferências diretas sobre o meio ambiente da região onde será construída, torna-se também necessária a implantação de ações de educação ambiental, integrando esse empreendimento ao espaço em que se insere, com ênfase na participação social e interinstitucional como estratégia vital para a solução dos problemas ambientais que podem afetar, tanto os recursos naturais como o empreendimento.

11.13.2 Objetivos

O Programa de Comunicação Social tem como objetivos principais a implantação de canais e espaços oficiais de informação e divulgação das atividades do empreendimento, estabelecendo um elo contínuo e interativo entre o empreendedor e os diversos setores sociais afetados pela UHE Santo Antônio do Jari. Ao mesmo tempo, objetiva implementar metodologias pedagógicas de educação ambiental, promovendo a absorção de conceitos de conservação do meio ambiente e de sua importância para a manutenção da biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida.

Este programa será o responsável pelo repasse de informações à população sobre o empreendimento, o cronograma dos principais eventos das obras, as principais transformações decorrentes de sua construção e operação, bem como sobre os programas ambientais a serem implantados, diminuindo a ocorrência de ações especulativas decorrentes de desinformação, informações contraditórias e não oficiais.

São objetivos específicos desse programa:

- Identificar permanentemente demandas e sugestões de informação e orientação da comunidade em relação à UHE Santo Antônio do Jari.
- Abordar as inquietações e ansiedades das comunidades da AID e All face aos impactos do empreendimento, assegurando-lhes base de abertura e participação.
- Assegurar que as comunidades envolvidas tenham referências suficientes sobre o andamento de todas as etapas do empreendimento, seus impactos e medidas mitigadoras e compensatórias a serem adotadas pelo empreendedor, sabendo com clareza a quem se dirigir para esclarecimentos, reclamações ou dúvidas, bem como sobre formas de acesso e utilização de benefícios resultantes das referidas medidas.
- Contribuir para a minimização das interferências das obras na rotina das pessoas, orientando-as sobre procedimentos e medidas adotadas pela empresa para segurança na região durante as fases de implantação e operação da UHE, bem como para facilitar a convivência com o contingente de mão-de-obra a ser agregada ao projeto nas suas diferentes fases.
- Prevenir e orientar a condução de eventuais situações controversas que envolvam o empreendimento.
- Identificar e caracterizar os atores e processos relevantes e relacionados com o projeto, assim como os momentos de articulação para a formulação e implementação do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental.
- Desenvolver e implementar mecanismos que incentivem os atores à adoção de práticas e comportamentos em conformidade com as conveniências de conservação.

11.13.3 Público-alvo

- equipes técnicas e ambientais do Empreendedor que atuam na região;
- poder público municipal e órgãos ambientais de Monte Dourado e de Laranjal do Jari;
- poder público estadual e órgãos ambientais dos Estados do Amapá e do Pará;
- população residente e trabalhadora nos municípios de Almeirim, Vitória do Jari e de Laranjal do Jari e nas áreas inseridas no Complexo Jari;

- lideranças comunitárias e famílias residentes na vila de Cachoeira de Santo Antônio, vila Padaria e vila de Iratapuru;
- lideranças comunitárias e famílias residentes na área de entorno;
- lideranças e entidades representativas da população da AII e AID: diretores e professores das escolas locais, párocos e pastores que atendem à região, representantes de associações comunitárias, de instituições de pesquisa e de organizações não-governamentais;
- trabalhadores e população atraída pela obra.

11.13.4 Metodologia e Descrição do Programa

As ações previstas no Programa de Comunicação Social continuarão a incluir formas permanentes de identificação das expectativas e anseios da população envolvida, além de orientar as equipes técnicas e de operação para que se mantenham atentas a estes aspectos, não ignorando nem minimizando qualquer manifestação das pessoas sobre o projeto.

Agilidade na consideração e atendimento de demandas, principalmente em situações que exijam abordagem rápida das reivindicações e solicitações das comunidades, ou mesmo antecipação por parte do empreendedor para informar ou reforçar referências e orientações aos públicos envolvidos, a exemplo da fase de obras, quando as interferências no cotidiano das comunidades tendem a ser mais acentuadas.

Integração e articulação com as ações e equipes do empreendedor, da consultoria ambiental e das empresas envolvidas na execução do empreendimento, buscando unidade na abordagem de informações. A articulação e integração de ações e equipes de trabalho permitem também o direcionamento da comunicação para um tratamento caso a caso de situações que se apresentam ao longo do projeto.

Monitorar alcance, impacto e resultados das ações de informação e orientação à comunidade previstas no Programa de Comunicação Social.

▪ Metodologia de Implantação

As ações propostas referem-se à continuidade do processo de comunicação e entendimentos que vem sendo desenvolvido entre o Empreendedor, autoridades e lideranças locais e comunidades afetadas.

Como citado acima, a partir de 1997 foram realizados contatos freqüentes entre funcionários designados pela empresa e as comunidades localizadas na Área Diretamente Afetada, ou seja, as vilas de Cachoeira de Santo Antônio, Iratapuru e Padaria.

A partir de 1992 intensificou-se o contato entre empreendedor e comunidade, através de realização de reuniões que se diferenciavam pela periodicidade com que ocorria e pelas formas de participações da população, alternando participação direta e representativa. Inicialmente os contatos eram feitos entre o Empreendedor e o conjunto da população residente nas comunidades, com o objetivo de comunicar a intenção de retomada do projeto e reforçar informações sobre os impactos decorrentes da sua implantação e as medidas ambientais a serem adotadas. Posteriormente cada comunidade elegeu dois representantes para intermediarem o contato com o empreendedor.

Face à necessidade do reassentamento da população da Cachoeira de Santo Antônio se realizar na primeira etapa de implantação da Usina, esta foi considerada como público preferencial para as ações iniciais de mobilização e interlocução empreendidas pelo Empreendedor. No caso específico da população da vila de Iratapuru, seu envolvimento no processo iniciou-se em 1994, implicando na eleição de dois representantes e na realização de reuniões entre eles e o Empreendedor; os representantes, por sua vez, reuniam-se com o conjunto da população do local.

As reuniões apresentavam, alternadamente, caráter informativo, consultivo e deliberativo e suas discussões geraram subsídios para a elaboração de um Protocolo de Entendimento firmado em novembro de 1995 entre o Empreendedor e comunidades de Cachoeira de Santo Antônio, Iratapuru e Padaria, além do Governo do Estado do Amapá, Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari e Câmara Municipal de Laranjal do Jari. Nesse Protocolo de Entendimento foram definidos os critérios para o reassentamento das famílias afetadas e demais programas ambientais a serem implementados pelo empreendedor. Foi criada uma comissão formada por dois membros de cada uma das instituições envolvidas (Governo do Amapá, Comunidades, Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari, Câmara Municipal de Laranjal do Jari e o Empreendedor) com o objetivo de monitorar o cumprimento do protocolo, resolver possíveis conflitos entre as partes e aperfeiçoar esse instrumento, caso necessário.

Em junho de 1996, o empreendedor participou de uma reunião técnica em Macapá, atendendo à solicitação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA), com o objetivo de discutir os estudos ambientais já desenvolvidos para a UHE Santo Antônio do Jari. Participaram também a empresa responsável pela elaboração dos estudos ambientais,

representantes das comunidades afetadas pelo empreendimento, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a SEMA, o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amapá (COEMA), Companhia Energética do Amapá (CEA), Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAGA), Instituto de Terras do Amapá (TERRAP), Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA), Instituto de Estudos e Pesquisas da Amapá (IEPA), Universidade Federal do Pará, além das seguintes organizações não-governamentais: Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais do Amazonas (SOPREN), Instituto de Estudos e Desenvolvimento do Amapá (IEDA) e Fórum da Sociedade Civil Organizada.

Por solicitação do IBAMA o Empreendedor realizou, em junho de 1996, Audiência Pública para a UHE Santo Antônio do Jari; esta audiência aconteceu no Centro Comunitário da vila de Cachoeira de Santo Antônio, caracterizando-se como um importante instrumento de consulta, esclarecimento e divulgação a respeito do empreendimento e seus estudos ambientais.

Uma atualização dos estudos ambientais foi realizada também em meados de 1996, tendo como objetivo, dentre outros, avaliar o nível de integração entre a população da AID e o Complexo Jari; identificar os níveis de informação e expectativas das comunidades sobre o empreendimento; identificar diretrizes para melhoria da integração entre as comunidades e o Complexo Jari. Os resultados da pesquisa foram disponibilizados para o Governo do Amapá, a fim de subsidiar ações de caráter governamental, bem como para as lideranças comunitárias, organizações não-governamentais e outras instituições.

As estratégias de comunicação a serem utilizadas durante a implementação do Programa devem ser compatíveis com os impactos esperados e direcionadas para cada seguimento identificado como público de interesse. A metodologia empregada para tal deverá se basear no conceito de diálogo social, que pressupõe uma comunicação fundamentada em princípios como horizontalidade, bidirecionalidade, transparência e ética. Cabe ressaltar que todas as ações propostas deverão ser norteadas por esses princípios e seguir as seguintes premissas:

- Comunicação com foco no diálogo social, visando à construção e manutenção de relacionamentos baseados em informações fidedignas;
- Valorização da ótica dos públicos atingidos;
- Conhecimento do processo de licenciamento do empreendimento.

A abordagem, assim como os instrumentos e mecanismos a serem utilizados deverão ser diferenciados, de acordo com os interesses de cada grupo envolvido no Programa de Comunicação Social, de forma a maximizar os resultados dos trabalhos.

Será buscado o envolvimento e a parceria com órgãos e/ou instituições presentes na área e com trabalhos voltados para a educação ambiental, a exemplo da Fundação Orsa que desenvolve o programa denominado Escola Natureza, em convênio com o IBAMA.

Apresenta-se a seguir as principais ações a serem desenvolvidas, por grupo de interesse.

▪ **Representantes do Poder Público e Entidades Cíveis**

As reuniões com representantes do poder público, entidades cíveis e com as demais lideranças formais e informais da população têm como objetivo o envolvimento desses atores, buscando um conjunto integrado de esforços para a execução de planos e programas previstos para o empreendimento.

Ao lado da divulgação de informes sobre o cronograma e operação da usina, deverão ser feitas reuniões com o objetivo de planejamento, adequação e operacionalização da infra-estrutura social instalada nos municípios.

Outras reuniões deverão ser realizadas para, dentre outros, celebração de convênios; informações acerca do encaminhamento do empreendimento e das medidas de segurança para o enchimento do reservatório; remanejamento da população; salvamento de fauna e flora e início da operação.

▪ **População da Área Diretamente Afetada**

Propõe-se a realização de reuniões periódicas na Área Diretamente Afetada, envolvendo toda a população residente.

A população da área afetada deverá ser informada sobre o cronograma da obra, os impactos previstos e ações mitigadoras, medidas de segurança que serão implantadas, além de reuniões específicas para detalhamento do Projeto de Reassentamento. Também deverá ser implementado um trabalho de cunho educativo, preparando a população para aquisição de novos hábitos, principalmente os referentes ao saneamento básico, bem como ações indicadas nos programas de saúde e de controle de caça.

Serão realizadas reuniões tantas quantas necessárias para que todos tenham conhecimento para tomada de decisões sobre as ações a serem executadas. No caso dos moradores da vila de Iratapuru, será dado ênfase especial às discussões sobre mudanças das famílias, definições das tipologias das residências, equipamentos sociais básicos e benfeitorias a serem construídas.

▪ **População da Área de Influência e Área de Entorno**

Reuniões com a população moradora na área de influência, com especial atenção à cidade de Laranjal do Jari - que deverá sofrer os principais reflexos da ocupação de pessoas atraídas pela obra - e nas comunidades da área de entorno do futuro reservatório. Dentre outras informações, é necessário fazer uma exposição de cronogramas, impactos previstos, medidas mitigadoras e um levantamento de questões afetas a esse grupo.

Haverá também a divulgação das medidas de reforço da infra-estrutura regional e de reativação econômica; medidas de segurança e controle ambiental durante a implantação do canteiro de obras. Esta população também deverá ser incentivada a participar de campanhas de educação ambiental.

A seguir são elencadas as ações de comunicação social previstas de acordo com a fase do empreendimento.

▪ **Etapas de Execução**

Embora estejam previstas as ações de comunicação social junto à comunidade residente na área de influência e ao Poder Público na fase de obtenção da LP, tais como, reuniões informativas sobre o Projeto da UHE Santo Antônio do Jari previamente à Audiência Pública (a ser requerida e agendada pelo órgão ambiental). As atividades propostas, a seguir, restringe-se as atividades a serem implementadas a partir da Obtenção da Licença Instalação da UHE Santo Antônio do Jari.

No entanto, sugere-se que as ações de comunicação social descritas aqui neste programa iniciem pelo menos três meses antes do início das obras de instalação da UHE Santo Antônio do Jari e se estenderão por pelo menos um ano após a data de início da operação, considerando a influência da sazonalidade climática no cotidiano da população e necessidade de esclarecimento de dúvidas à população referente a alteração trazida pelo reservatório. Nesse sentido, para a etapa de implantação do PCS estão previstas as seguintes atividades.

► **Etapa I - Planejamento das atividades do PCS**

Essa etapa consiste na seleção da equipe técnica, na elaboração do Plano de Trabalho, na definição das peças gráficas e na estratégia de comunicação social, a serem utilizadas ao longo das fases de implantação e operação do empreendimento.

► **Etapa II - Implantação do PCS**

• Serviço de Ouvidoria

O serviço de ouvidoria da UHE Santo Antônio do Jari terá como objetivo instituir um canal de comunicação direto com a população da área de influência do empreendimento, através de uma linha de chamada gratuita (0800), e de uma ouvidoria face-a-face, através de visitas regulares e realização de reuniões com o poder público e população.

• Posto Informações

O posto de informação se localizará na cidade de Monte Dourado, haja visto que é a cidade próxima do local do empreendimento. O posto de informações poderá servir de apoio ao empreendedor ao longo da Gestão Ambiental da Obra, no sentido de fornecer orientação, ou ponto de cadastro da população atraída pelo empreendimento, a fim subsidiar o monitoramento dos impactos na região oriundos da atração de mão-de-obra para o local.

• Agentes Locais

Identificar e contratar pessoas das comunidades inseridas na Área Diretamente Afetada para atuarem como agentes locais de comunicação social, registrando dúvidas, demandas, expectativas e sugestões referentes aos cuidados relativos à obra da UHE Santo Antônio do Jari.

• Elaboração de Material Informativo

O material de divulgação do empreendimento sugerido consiste em folder institucional e boletim Informativo. O folder tem o caráter de fornecer informações a respeito do empreendimento, tais como o arranjo da UHE, justificativa, localização, período de obras, sua importância para o desenvolvimento regional e nacional, cuidados ambientais adotados e Programas Ambientais desenvolvidos.

Deverão ser elaborados boletins informativos semestrais, contendo informações sobre o andamento das obras e principais eventos relacionados à UHE Santo Antônio do Jari durante o período. O texto deverá ser elaborado em linguagem clara e acessível aos públicos.

Posteriormente, na fase de operação, o conteúdo do material informativo deverá contemplar energia gerada, número total de empregos gerados, normas de segurança e convivência com o reservatório, informando uso do reservatório, áreas de APP, alterações no sistema de drenagem da área a partir da implantação do reservatório, considerando os períodos de seca e chuva, comunidades beneficiadas ou número de famílias beneficiadas com a geração de energia da UHE Santo Antônio do Jari.

- Campanhas de Divulgação do Empreendimento

As campanhas de comunicação terão como objetivo informar os atores sociais envolvidos sobre o arranjo da UHE Santo Antônio do Jari, as fases do empreendimento, os impactos e medidas mitigadoras a serem desenvolvidas no âmbito da gestão ambiental do empreendimento e distribuição dos boletins informativos e demais materiais informativos que se fizerem necessários. Os agentes locais serão responsáveis por auxiliar os comunicadores de campo durante as campanhas.

As campanhas serão periódicas e realizadas ao início de cada fase prevista e sempre que solicitada por um grupo ou parte interessada. Na etapa de operação as campanhas terão como finalidade informar os diversos públicos sobre o término das obras e as datas de início da operação do empreendimento, incluindo a distribuição do material informativo sobre a operação da UHE Santo Antônio do Jari.

As campanhas de divulgação do empreendimento serão compostas por:

- Visitas periódicas às localidades inseridas na área diretamente afetada pelo empreendimento com distribuição do material informativo;
- Reuniões institucionais com o poder público municipal para esclarecimento do Projeto e distribuição do material informativo;
- Veiculação de comunicados nos meios de comunicação das datas de início das obras, enchimento do reservatório e início da operação da Usina.

Os comunicados serão veiculados por meio de SPOTS de rádio e os anúncios de jornais a cada fase do empreendimento. Esses deverão se restringir ao início e fim das principais etapas de implantação do empreendimento (Obras Cíveis, Limpeza do Reservatório e Enchimento/Comissionamento do reservatório) e data de operação da Usina.

▪ Etapa III - Desmobilização e Fechamento do PCS

Após o período de um ano de operação da UHE Santo Antônio, o serviço de ouvidoria e a equipe do programa de comunicação social poderá ser desmobilizada.

▶ Acompanhamento

O Projeto será acompanhado, ao longo de toda a atividade, pelos responsáveis por sua implementação. A avaliação do desempenho do Projeto será feita mediante análise dos indicadores ambientais obtidos em correspondência às metas pretendidas a serem elencados na fase de PBA.

11.13.5 Interface com Outros Programas

Este programa deverá ter uma relação direta com: Programa de Documentação e Registro do Patrimônio Natural, Programa de Reassentamento da População Afetada, Programa de Educação Ambiental e Treinamento da Mão-de-obra, Programa de Apoio aos Municípios, Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico e Recreativo, além do Plano Ambiental para Construção - PAC, que estabelece as diretrizes e as técnicas básicas recomendadas para serem empregadas durante as obras de construção da UHE Santo Antônio do Jari.

11.13.6 Responsável pela Execução do Programa

Este Programa é de responsabilidade do Empreendedor, podendo contratar instituição ou empresa, estabelecer convênios ou parcerias com instituições públicas ou privadas para sua implementação.

11.13.7 Cronograma

As atividades a seguir estão previstas para serem implementadas a partir da Obtenção da Licença Instalação da UHE Santo Antônio do Jari. Sugere-se que as ações de comunicação social iniciem pelo menos três meses antes do início das obras de instalação da UHE Santo Antônio do Jari e se

estenderão por pelo menos um ano após a data de início da operação, considerando a influência da sazonalidade climática no cotidiano da população e necessidade de esclarecimento de dúvidas à população referente à alteração trazida pelo reservatório. As ações de comunicação deverão seguir os cronogramas previstos para fases do empreendimento. De modo geral, suas ações constituintes serão realizadas conforme apresentado.